



O turismo pedagógico rural em Joinville: proteção do patrimônio cultural?

Gilmar Nilsen¹

Ilanil Coelho²

Felipe Borborema Cunha Lima³

Resumo: Joinville possui iniciativas de turismo rural desde a década de 1990. O artigo visa historicizar, analisar e problematizar o denominado Projeto Viva Ciranda (PVC). Adjetivado pelo poder público municipal como um projeto de turismo pedagógico no espaço rural, temos por intuito, primeiramente, refletir sobre os sentidos desta categorização e o caráter pedagógico que suscita. Por mobilizar ideias associadas ao patrimônio rural, num segundo momento, buscamos verificar no âmbito do projeto se (e como) o patrimônio rural é acionado, valorizado e em que medida tal acionamento contribui para sua proteção e repercussão nos processos de ensino-aprendizagem. As metodologias utilizadas foram pesquisa bibliográfica e documental, observações *in loco*, onde se registrou informações em um caderno de campo, e história oral. Por fim, verificou-se que visitas de grupos de alunos às propriedades pedagógicas desvinculadas da dinâmica de ensino-aprendizagem não se efetivam como um modelo de turismo pedagógico. Por outro lado, para proprietários, cujas propriedades integram as atividades, o projeto contribui para a proteção do que concebem como patrimônio rural.

Palavras-chave: Patrimônio; Turismo; Projeto Viva Ciranda.

Rural pedagogical tourism in Joinville: does it a protection of cultural heritage?

Abstract: Joinville has rural tourism initiatives since the 1990s. The paper aims to historicize, analyze and problematize the so-called “*Projeto Viva Ciranda*” (PVC). Adjectivized by the municipal public power as a project of pedagogical tourism in rural space, we aim, firstly, to reflect on the meanings of this categorization and the pedagogical character that it arouses. In order to mobilize ideas associated with rural patrimony, in the second stage, we seek to verify within the scope of the project whether (and how) the rural patrimony is triggered, valued and to what extent this drive contributes to its protection and repercussion in the teaching-learning processes. The methodologies used were bibliographic and documentary research, observations *in loco*, where the information was recorded in a field notebook, and oral history. It was verified that visits of groups of students to pedagogical properties disconnected from the dynamics of teaching-learning do not become effective as a model of pedagogical tourism. On the other hand, for owners, whose properties integrate the activities, the project contributes to the protection of what they conceive as rural patrimony.

Keywords: Heritage; Tourism; *Projeto Viva Ciranda*.

- 1 Possui graduação em História pela Universidade Leonardo D’Vinci (2014), mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Universidade da Região de Joinville (2019). gnilsen86@gmail.com
- 2 Possui graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1986), Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (1993) e Doutorado em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (2010). Atualmente é Professora da Universidade da Região de Joinville ocupando as funções de docente no Curso de História e no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade. ilanilcoelho@gmail.com
- 3 Possui graduação em Turismo pelo Centro de Ensino Superior e Desenvolvimento (2006), Doutorado e Mestrado em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí (2016; 2009). Professor colaborador da Universidade da Região de Joinville no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade onde realiza estágio Pós-Doutoral – PNPD/CAPES (2016 – atual). felipebc12@hotmail.com

Introdução

Um projeto de turismo pedagógico no espaço rural pode promover no processo ensino-aprendizagem interações entre teoria e prática. Corroborando com esta ideia Haubenhof et al. (2011) ao afirmarem que uma das características dessa modalidade turística é relacionar conhecimentos teóricos às experiências práticas para os alunos. Na cidade de Joinville, Santa Catarina, o Projeto Viva Ciranda (PVC) estabelece tal objetivo, voltando-se aos alunos de escolas públicas do município e região. Contudo, com base em nossas pesquisas, parece-nos que sua principal motivação foi abrir para os agricultores que compõem o PVC uma nova alternativa de emprego e renda.

O PVC iniciou as atividades em 2010. De acordo com Guzzatti et al. (2014) a Fundação Turística de Joinville, atual Fundação de Promoção do Turismo de Joinville – PROMOTUR, em 2009, havia constatado que os proprietários rurais estavam desanimados devido a dificuldades para escoar a produção aos polos consumidores, ao abandono das propriedades pelos filhos em função da oferta de empregos na indústria e comércio da região, à falta de recursos para investir em melhorias estruturais das propriedades e à desarticulação política do grupo de proprietários rurais já envolvidos em atividades turísticas desde os anos de 1990. Dentre as várias alternativas vislumbradas pelo poder municipal optou-se pela criação de um projeto de turismo pedagógico no espaço rural. Por um lado, o projeto não iria carecer de quantias vultuosas tanto para melhoria de infraestrutura de recepção das propriedades quanto para o custeio de operacionalização do projeto. Por outro lado, apresentava-se um mercado consumidor em potencial em Joinville e região. Conforme os autores foram considerados os dados do IBGE de 2010. Com uma população de 515.250 habitantes, cerca de 130 mil eram alunos matriculados na educação básica. Além disso, a distância média das propriedades rurais até o centro da cidade era de 15 quilômetros, o que facilitaria o deslocamento de escolares às propriedades.

Observa-se, pois, que o PVC não teria surgido de uma demanda pedagógica emergente de instituições escolares ou mesmo de políticas educacionais locais, mas de uma demanda econômica específica, qual seja, responder às dificuldades que atingiam os agricultores da região, incluindo aqueles que já haviam aberto suas propriedades para o turismo. Tal argumento é também sustentado pelo fato de que para visitar as propriedades integrantes do PVC, foi decidido que os alunos pagariam ingressos, o que parece contraditório por se tratar de um projeto de turismo pedagógico, voltado predominantemente a alunos matriculados na rede pública de ensino.

Baseando-nos em Guzzatti et al. (2014), a implantação do PVC, grosso modo, seguiu quatro fases. Inicialmente, após visitas em diversas propriedades rurais, foram escolhidas seis, com base nos critérios de interesse manifestado pelo proprietário em receber crianças, no fato de existir na propriedade atividades agropastoris condizentes com o respeito ao meio ambiente, pelo motivo de possibilitar a elaboração de um roteiro pedagógico que contemplasse a diversidade produtiva da região e a existência de uma infraestrutura mínima para recebimento de grupos que dispensasse grandes investimentos. Posteriormente, foi dada consultoria aos proprietários para o desenvolvimento de atividades pedagógicas, momento em que uma pedagoga, designada para conduzir o PVC, visitou as propriedades e, com base na atividade produtiva principal da família, planejou as ações lúdicas e pedagógicas que seriam aplicadas aos alunos naquela propriedade. A terceira fase consistiu na preparação para a implementação das atividades pedagógicas e na organização das propriedades. Nesta fase, a equipe técnica da PROMOTUR desenvolveu materiais de apoio, como jogos, painéis e fotos, e capacitou os

agricultores para utilizá-los, além de orientá-los quanto à melhoria da estrutura física das propriedades para receber os alunos. Ocorreram também visitas-teste. Para tanto, foram escolhidas quatro escolas dos bairros com o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Joinville para realizarem as visitas. Por fim, foram feitas adequações tendo como referência os *feedbacks* dos professores, da equipe técnica e dos próprios agricultores, bem como foi dado apoio às ações de promoção e comercialização do turismo pedagógico proposto e desenvolvida nova capacitação, incluindo a realização de oficinas de formação e de um seminário com os agricultores para debater assuntos relacionados ao ensino-aprendizagem.

No referido artigo publicado em 2014, Guzzatti et al. apresentaram os resultados dos primeiros dez meses do PVC. Conforme cálculos feitos pelos autores, o projeto iria proporcionar um aumento significativo no rendimento de todas as propriedades integrantes, graças à cobrança de taxas e da venda direta de produtos artesanais⁴. Os autores também apontaram que em 2011 o PVC já “beneficiava” treze propriedades, divididas em cinco roteiros e que os próprios alunos se tornaram “porta-vozes” do projeto, pois divulgavam para os familiares os atrativos das propriedades que visitavam, contribuindo, assim, para o aumento do número de visitantes nos finais de semana.

Entretanto, de acordo com os mesmos autores, o resultado com maior impacto foi o reconhecimento social da agricultura familiar, em virtude da forte divulgação do projeto nos meios televisivo, radiofônico e mídia impressa em nível local, pois se estava valorizando publicamente o modo de vida dos agricultores e o patrimônio rural joinvilense, o que fazia até mesmo as crianças afirmarem que queriam ser agricultores no futuro (GUZZATTI et al., 2014). Contudo, nos parece problemático afirmar que a divulgação na mídia local do PVC e o relato da opinião de grupos de crianças sobre a aspiração de se tornarem agricultores no futuro, podem, por si só, serem evidências de que o patrimônio cultural no espaço rural estava sendo protegido por um projeto de cunho turístico-pedagógico.

Já, com base em uma publicação oficial de 2014, a denominada Cartilha do PVC (PMJ, 2014, p. 13), o projeto havia expandido suas atividades para quatorze propriedades divididas em cinco roteiros, tendo como referência a localização geográfica na zona rural de Joinville e, de acordo com a cartilha, as “belezas especiais” de cada uma: Quiriri, Estrada Bonita, Estrada Dona Francisca, Pirai e Estrada da Ilha.

Paralelamente, conforme constatamos em pesquisa de campo, os agricultores se organizaram na Associação de Turismo Eco-Rural de Joinville (ATERJ) que, além de congrega todos os agricultores que faziam parte do PVC, reunia outros empreendedores que fomentavam o turismo no espaço rural no município. A Prefeitura recebeu a doação de três ônibus, das duas empresas de transporte coletivo urbano, para serem utilizados no transporte dos alunos das escolas públicas para as propriedades. Apesar de haver três veículos, rotineiramente os ônibus apresentaram problemas mecânicos. No início da pesquisa constatamos que dois ônibus (dos três doados) estavam em condições de uso. Posteriormente, apenas um estava em funcionamento. Sem verba para manutenção dos ônibus, à Prefeitura, desde o início do projeto, coube o papel de organizar a agenda dos ônibus, bem como prestar assessoria pedagógica continuada às propriedades, orientar os novos agricultores que desejassem fazer parte do projeto e manter o fornecimento do material de divulgação.

4 Dizem os autores que “Levando-se em conta apenas as receitas decorrentes da taxa de visita (cerca de R\$ 13.240,00), pode-se estimar uma receita média, por propriedade, de cerca de R\$ 2.206,67,00 no período de 10 meses” (GUZZATTI et al., 2014, p. 22).

Como se vê, o PVC se auto define como um projeto de turismo pedagógico no espaço rural, mobilizando o patrimônio cultural dos agricultores para, supostamente, incluí-lo na dinâmica de ensino e aprendizagem das crianças que frequentam as escolas de educação básica da região. Cabe, pois, problematizar quais os sentidos do termo pedagógico na operacionalização do PVC. Ademais, ao lidar com os saberes/fazer, objetos cotidianos e memórias narradas dos agricultores, para além de um atrativo turístico, em que medida o PVC, colocando-se como um recurso pedagógico, contribui para a proteção do patrimônio cultural do meio rural joinvilense?

O artigo aborda, primeiramente, o percurso metodológico pelo qual a pesquisa foi desenvolvida, tomando como base de análise os registros produzidos em visitas *in loco* em duas propriedades. Em seguida, com o objetivo de fornecer subsídios para se compreender o turismo pedagógico em espaço rural, fazemos uma discussão sobre a emergência do turismo no espaço rural no Brasil e as características do denominado turismo pedagógico. Na terceira parte, problematizamos a noção de patrimônio cultural no espaço rural. Por fim, procuramos refletir sobre o caráter pedagógico da experiência oferecida pelo PVC, analisando se (e como) o patrimônio rural é mobilizado para a aprendizagem e em que medida as atividades desenvolvidas contribuem para sua proteção.

Percurso metodológico

Esta pesquisa é fruto de um trabalho integrado do Grupo de Pesquisa Cidade, Cultura e Diferença⁵ para o qual convergem subprojetos que têm como objetivo comum investigar as relações e interfaces entre patrimônio e turismo que, na atualidade, se mostram cada vez mais intensas e tensas. Com relação a esta investigação, as estratégias e percursos metodológicos envolveram, inicialmente, aproximações com os membros e a coordenação do PVC. Também procedemos ao levantamento documental junto ao Arquivo Histórico de Joinville (AHJ), Secretaria de Cultura e Turismo de Joinville (SECULT) e Secretaria Municipal de Educação. Isto resultou num conjunto variado de fontes (oficiais, publicitárias e de imprensa) que foi digitalizado e incorporado em um denso Banco de Dados⁶ que utiliza o programa Access, o qual permite a correlação das fontes pela comparação dos documentos por meio de datas, palavras-chave, entre outros recursos de busca. O levantamento da bibliografia envolveu a busca de artigos e obras (dissertações, teses,

5 O Grupo de Pesquisa Cidade, Cultura e Diferença (GPCCD), é vinculado ao Programa de Pós-graduação de Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille e integrado por docentes e discentes da Univille e por pesquisadores brasileiros e estrangeiros. O Grupo tem construído publicações em rede e se envolvido com a promoção de estudos e eventos científicos que visam promover diálogos epistemológicos entre diferentes campos disciplinares para enfrentar a complexidade e a multidimensionalidade de problemas que se desdobram das relações que diferentes sociedades do passado e do presente estabelecem com seus patrimônios culturais, incluindo as interfaces destes com o turismo. No âmbito deste artigo, envolve três projetos: um do tipo guarda-chuva “Patrimônio Cultural: redes e enredos”, sob coordenação de Ilanil Coelho, que conta com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Fundo de Apoio à Pesquisa da Univille (FAP-Univille); o segundo, “A proteção do Patrimônio Cultural frente às estratégias do turismo”, coordenado por Felipe Borborema Cunha Lima, vinculado ao Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD-Capes); e o terceiro, o projeto de dissertação intitulado “O Projeto Viva Ciranda: um estudo sobre o patrimônio e o turismo no espaço rural em Joinville/SC”, de Gilmar Nilsen, vinculado ao PPG em Patrimônio Cultural e Sociedade e bolsista do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Ensino Particulares (PROSUC-Capes). Pelo apoio, registramos nossos agradecimentos à Capes e ao FAP-Univille.

6 Esse Banco de Dados é continuamente alimentado e compartilhado pelos membros do GPCCD. Está disponível no Centro de Estudos Interdisciplinares em Patrimônio Cultural, unidade vinculada ao PPG em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille.

capítulos de livros e livros) em Plataformas Científicas (SCIELO, EBSCO, ICAP, Portal CAPES) utilizando os termos: projeto Viva Ciranda, turismo em espaço rural, turismo pedagógico, turismo pedagógico em espaço rural, patrimônio cultural e patrimônio cultural no espaço rural.

A aproximação com os agricultores e o conhecimento das propriedades que integram o PVC se deu através de visitas realizadas em diferentes dias da semana, ocasiões em que apresentamos os objetivos de nossa investigação aos agricultores e o interesse de acompanharmos grupos de alunos durante as visitas às propriedades. Diante do consentimento e disponibilidade dos agricultores, estabelecemos como critérios de seleção das propriedades: heterogeneidade da dinâmica produtiva destas e localização geográfica diversificada conforme os roteiros que constituem o PVC. A pesquisa de campo oportunizou a aproximação e o reconhecimento de 10 propriedades e o acompanhamento a oito visitas, nas quais produzimos 153 fotografias e registros manuscritos organizados na forma de diários de campo.

Realizamos também entrevistas que utilizaram a metodologia da História Oral com os agricultores das propriedades Família Kersten, que oferece aos visitantes produtos coloniais produzidos pela família, como *muss*, melado⁷ e pão e, também, um espaço com diversos utensílios antigos, e Agrícola da Ilha, que têm como principais atividades a produção de Hemerocales e recepção de visitantes. Conforme Coelho (2011), a metodologia da história oral consiste no registro de um encontro entre entrevistado e entrevistador. A partir de um roteiro, um diálogo entre pessoas é estabelecido, no qual o entrevistado é motivado a narrar e expressar significados sobre suas experiências, mobilizando acontecimentos e interpretando os vínculos com outras pessoas. Ainda por se tratar de um encontro, o roteiro previamente preparado pelo entrevistador não garante uma boa entrevista, pois é apenas o diálogo que faz emergir a possibilidade de êxito desta metodologia. Dito de outro modo, é na experiência de ouvir e de narrar, nas circunstâncias da própria entrevista, que a história oral se distingue da mera coleta de depoimentos de informantes. Além disso, para os propósitos da investigação do PVC, o que buscamos não foram fatos ou dados inexistentes nas fontes escritas e imagéticas, mas obter outras “visões e versões” da prática e implementação do projeto, bem como “fissurar as generalizações” (COELHO, 2011, p. 193) inscritas em outros enunciados (publicações oficiais e midiáticas) para dar maior densidade às nossas interpretações que articularam o conjunto das fontes. As perguntas do roteiro de entrevista foram construídas a partir de quatro eixos temáticos: história de vida, turismo no espaço rural em Joinville, Projeto Viva Ciranda e Patrimônio Cultural do meio rural.

O acompanhamento das visitas dos alunos às propriedades igualmente nos oportunizou novos conhecimentos do PVC que foram registrados em caderno de campo. Por fim, no processo de levantamento e produção das fontes, procedemos à leitura e discussão destas à luz da bibliografia e das questões teóricas suscitadas, visando compreender se o turismo pedagógico praticado no âmbito do PVC pode (e de que forma) possibilitar a proteção do patrimônio cultural do meio rural joinvilense.

Turismo pedagógico em espaço rural

As primeiras iniciativas de turismo no espaço rural brasileiro, de acordo com Tulik (2010), remetem

⁷ O *muss* é uma espécie de geleia feita a partir de frutas, já o melado é uma solução pastosa que é resultado do cozimento do caldo da cana-de-açúcar. Ambos são primordialmente servidos como acompanhamento de pães.

à década de 1980 com a empresa Serratur na cidade de Lages na Serra Catarinense. Portuguese (1998) destaca que estas iniciativas partiram da percepção de que havia um fluxo de turistas provenientes do centro do país que passavam pela região em direção à Serra Gaúcha. Essas iniciativas surgem em um meio rural que passava por transformações desde a década de 1960, em que parte dos agricultores enfrentava necessidades financeiras o que os motivou a diversificar suas atividades.

De acordo com Elesbão (2012), na década de 1960, momento em que o país adentrou no movimento internacional para maximizar a produção agrícola, conhecido como “Revolução Verde”, criou-se dois grupos sociais distintos no espaço rural brasileiro: um grupo formado pelos grandes latifundiários, que tinha condições de ter acesso a programas de financiamento concedido pelo governo federal, e um grupo formado por pequenos agricultores, que não contavam com os mesmos recursos e incentivos. Muitos destes pequenos agricultores acabaram por migrar para as cidades, engrossando as camadas urbanas desfavorecidas. Os que ficaram enfrentaram (e ainda enfrentam) problemas econômicos complexos.

Assim, Elesbão (2012, p. 250) afirma que as atividades não-agrícolas, como o turismo, “traz a possibilidade que as famílias continuem no espaço rural, independentemente das atividades que possam exercer”. Os pequenos agricultores que adotaram o turismo, encontraram nele uma opção para auxiliar na dinâmica econômica de suas propriedades. Esta diversificação se aproxima do conceito de “multifuncionalidade”, usado pelo economista agrícola japonês Yasuo Ohe (2007). Este afirma que a ideia básica que define multifuncionalidade consiste em compreender que a “agricultura é mais do que apenas produzir alimentos” (OHE, 2007, p. 3). Desta forma, o modo de vida dos agricultores, seus produtos, bem como a própria paisagem do meio rural, são elementos que podem ser convertidos em atrativos a serem explorados por iniciativas de turismo no espaço rural. Ainda de acordo com Ohe (2007), as externalidades do meio rural, como atividades turísticas, por exemplo, podem trazer benefícios para a criação de empregos e até mesmo para a gestão do patrimônio cultural, questão discutida adiante.

Para Klein e Souza (2014, p. 584) o turismo pedagógico é uma “prática educativa que tem como elemento orientador a aprendizagem pela experiência”. Da mesma forma, Jolly et al. (2004, p. 642) afirmam que em programas de turismo pedagógico a aprendizagem se torna mais significativa: “Através da semeadura, remoção de capim e colheita no jardim da propriedade rural, aprender sobre plantas e ciência pode se tornar mais relevante”. Assim, projetos de turismo pedagógico nas propriedades rurais podem possibilitar aos professores e alunos, durante a dinâmica de ensino e aprendizagem, ultrapassar os limites físicos da sala de aula, promovendo a interação teoria-prática. O deslocamento do aluno de seu local de vivência para outro, como o meio rural, pode ser uma experiência enriquecedora, contribuindo para o aprendizado, através de vivências ímpares de contato com a natureza e com uma cultura diferente da sua.

Assim, o turismo pedagógico pode corroborar na diversificação das atividades no espaço rural, tornando-o um espaço multifuncional que, para Klein e Souza (2014, p. 582) “favorece a legitimação de formas de produção e de fontes de renda que, na maioria das vezes, permanecem alheias aos quadros analíticos de caráter hegemônico”. Ao abrir sua propriedade para novas oportunidades, dentre elas o turismo pedagógico, o agricultor pode garantir uma renda complementar, contribuindo para sua permanência neste espaço.

Uma propriedade rural pedagógica, portanto, cria novas possibilidades por meio dos recursos

existentes, sejam eles relacionados à atividade agropastoril ou aos elementos naturais e culturais, para a produção de conhecimento a partir de relações de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, Klein e Souza (2014, p. 584) apontam que esta atividade deve contribuir tanto para o aprendizado das crianças quanto para a “a valorização das tradições” e os “saberes-fazer” das comunidades rurais. Desta forma, mais que ampliar a renda, é essencial proporcionar apropriações que ressaltem os patrimônios, saberes-fazer e o modo de vida rural articulando-os aos fazeres pedagógicos.

O patrimônio cultural no espaço rural

Zanirato (2010, p. 152) afirma que o “patrimônio compreende elementos materiais e imateriais, naturais ou culturais, herdados do passado ou criados no presente, no qual determinado grupo reconhece sinais de identidade”. Esta conceituação sinaliza a amplitude que a noção de patrimônio pode assumir em suas múltiplas faces, formas e origens, não sendo diferente ao que ocorre com o que pode compreender os patrimônios e os processos de patrimonialização no meio rural. Durante muito tempo, o único aspecto do patrimônio cultural que era reconhecido e que era alvo de políticas de proteção, dizia respeito à materialidade. Pode-se citar, em âmbito internacional, a Carta de Atenas (CIAM, 1933) como um dos marcos históricos deste processo.

No Brasil, o Decreto-Lei N. 25 de 1937 (BRASIL, 1937) instituiu a política nacional para a proteção do patrimônio histórico e artístico. Além de contemplar somente o aspecto material, sua elevação à patrimônio nacional dependeria da inscrição em um dos quatro Livros do Tombo (Arqueológico, Histórico, Belas Artes e Artes Aplicadas), feita pelo Órgão Federal de Proteção, à época, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), instituição responsável pela atribuição dos valores que fundamentariam o reconhecimento de um bem como patrimônio. A Constituição de 1988, em seu artigo 216 (BRASIL, 1988), ampliou o conceito de patrimônio que passou a comportar, assim, “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Apesar da ampliação do conceito, a mudança demorou a surtir efeito em todo Brasil. Por exemplo, no “Planejamento Estratégico do Turismo em Joinville” (1995/1996), publicado pelo poder público, uma das metas estipuladas nos Objetivos Gerais era estimular a preservação do patrimônio cultural, qualificado como “Construções Históricas”. Nota-se que já havia passado sete anos desde a Constituição Federal e o poder público do município de Joinville ainda não havia incorporado o entendimento, tampouco criado mecanismos de proteção, de bens de natureza imaterial.

No Brasil, o patrimônio cultural imaterial, que para Fonseca (2009, p. 71) pode ser entendido pelos saberes, técnicas, ritos, mitos e lendas, ganhou legislação própria a partir do Decreto N. 3551 de 2000 (BRASIL, 2000), que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro. Tais bens passaram a ser inscritos em quatro livros (Saberes, Celebrações, Formas de Expressão e Lugares), também sob a supervisão do Órgão Federal de Proteção (em 2018, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN), e reavaliados a cada dez anos. Em tal configuração, o modo de vida dos agricultores e suas tradições, que são apropriados por programas de turismo pedagógico como vetores do processo de ensino e aprendizagem, de acordo com uma visão

polarizadora acerca do patrimônio cultural, poderiam ser compreendidos dentro daquilo que se denomina patrimônio cultural imaterial. Contudo, não seria possível polarizar a compreensão de patrimônio a partir da dicotomia materialidade e imaterialidade. De acordo com Meneses (2009), todo patrimônio material tem uma dimensão imaterial, bem como todo patrimônio imaterial tem um vetor material. Durante as observações das visitas dos grupos de alunos às propriedades rurais percebeu-se que seria impossível a separação entre as dimensões material e imaterial do patrimônio, já que o sentido de uma depende da outra. Elementos como ferramentas da lida no campo, utensílios domésticos, construções e mobiliário da família somente faziam sentido e ganhavam potencial pedagógico quando eram relacionados às técnicas de manuseio, memórias, “causos” e narrativas de usos destes objetos.

No que se refere à categoria “patrimônio rural”, o sociólogo português Paulo Peixoto (2002) aponta que a emergência deste, na segunda metade do século XX, está ligada a duas tendências entrelaçadas: aumento das ameaças sobre o mundo rural e uma maior sensibilidade sobre a importância de proteção de bens culturais que perderam funções primárias. Embora o meio rural português se distinga do meio rural brasileiro, por exemplo, em sua extensão territorial, a argumentação do autor pode fornecer elementos para se discutir a emergência dos patrimônios e os processos de patrimonialização do rural ocorridos no Brasil. A primeira tendência apontada por Peixoto, a ameaça que o rural enfrenta em Portugal, está ligada à urbanização e compressão das áreas rurais. Neste caso, pode-se fazer uma relação com o caso de Joinville. Em 1987, o governo municipal, através de um estudo que foi denominado Plano de Estruturação Urbano (PEU), demonstrava sua preocupação com o avanço do perímetro urbano sobre a zona rural. Uma das principais preocupações daquele documento estava relacionada à necessidade de abastecimento de água, comprometida com o avanço urbano sobre a região que era cortada pelos rios que abasteciam o município.

A segunda tendência apontada por Peixoto, a que diz respeito a uma maior sensibilidade e, por extensão, ao aumento da preocupação com a proteção do patrimônio rural, pode ser perceptível principalmente em projetos de turismo. Peixoto (2002) argumenta que existem três etapas pelas quais um bem é patrimonializado: a primeira é marcada pela espontaneidade, é o momento que um dado grupo produz aquilo que é necessário para assegurar sua sobrevivência; a segunda ocorre no momento em que o objeto produzido é colocado fora do campo utilitário inicial; e a terceira é o momento em que o grupo que produziu ou se apropriou do objeto passa a identificar nele sinais de uma possível “identidade patrimonial, reclamando e justificando um estatuto de gestão coletiva” (PEIXOTO, 2002, p. 2). O autor afirma que é na passagem da segunda para a terceira etapa que a ideia patrimonial emerge e se cristaliza.

Desse modo, Peixoto (2006, p. 52) entende o fenômeno patrimonial que vem ocorrendo nos meios rurais, a partir de três processos imbricados entre si: o de transformação recente do mundo rural, o de histeria patrimonial e a procura do “espírito de lugar”. Sobre as transformações recentes no rural brasileiro, Silva (2015) afirma que tem havido uma mudança de percepção em relação a esse, em virtude de baixas expectativas sociais e econômicas diante do urbano. Isto é, a busca pelo rural estaria associada à “busca por referências culturais capazes de preencher os vazios de sentido e responder às ausências que a urbanização teria provocado nas sociabilidades” (SILVA, 2015, p. 79). Conforme se percebeu durante a pesquisa de campo, os cinco membros do PVC que mudaram da área urbana para a rural, evidenciaram buscar tais referências, bem como atividades alternativas, dentre elas o turismo, para viabilizar seu estabelecimento

no meio rural, e também como forma de complementar a renda. Em outros casos, foi observada uma resistência ao êxodo rural, valendo-se da diversificação das atividades, como alternativa para permanecer em suas propriedades.

O segundo processo apontado por Peixoto é o de histeria patrimonial, entendida como uma “tendência global que, comportando várias dimensões, caracteriza os processos de patrimonialização” (PEIXOTO, 2006, p. 64). Para o autor, o meio rural desempenhou um papel particular e fundamental, pois ao ser mobilizado para enfrentar os problemas da produção agrícola e da integração aos territórios urbanos, contribuiu para o alargamento da noção de patrimônio. Assim, a descoberta do patrimônio no contexto português está relacionada à crise do meio rural, não correspondendo à descoberta de algo que era ignorado, mas alusivo às percepções de passados culturais manifestadas tanto pelas populações rurais quanto urbanas.

Deste ponto de vista, Peixoto (2006, p. 53) pontua que o patrimônio e suas representações devem ser compreendidos como “uma invenção cultural que procura legitimar e naturalizar um determinado tipo de discurso sobre a evolução recente do mundo rural e que procura responder aos desafios presentes e futuros dos meios rurais”. Para o autor, o rural foi o espaço por excelência da emergência da histeria patrimonial impulsionada por desejos nostálgicos de passados supostamente melhores.

O terceiro processo apontado pelo autor para compreender o fenômeno patrimonial no meio rural é a procura de um “espírito de lugar”. Este não está estritamente ligado a um local geográfico, mas sim a um ideal de raízes ou enraizamento, que significa ao mesmo tempo, ponto de referência a uma singularidade e continuidade em determinada trajetória. Nesta direção, Silva (2015, p. 53-84) em diálogo com Peixoto, afirma que em Joinville a busca pelo rural, a partir dos anos de 1980, também remeteu à ideia de busca de um lugar de enraizamento. No final dos anos de 1990, tal ideia se inscreveu no que Peixoto denominou “territorializações diversas e superficiais”. Isto pode ser apreendido observando-se a expansão de casas de campo, equipamentos de lazer e atividades turísticas no meio rural joinvilense. Todo esse processo é descrito por Silva que chama nossa atenção para o fato de que nele estiveram articuladas várias iniciativas de levantamento, inventariação, mapeamento e patrimonialização de bens da área rural para torná-los atrativos turísticos.

Condesso (2011, p. 215) afirma que tratar de “atividades turísticas no espaço rural” demanda tratar também das possibilidades que se abrem com “o contato e desfrute dos diversos aspectos culturais aí existentes”. Para esse autor, os “aspectos culturais” não são somente aqueles que normalmente são associados à vida rural, mas também outros como o artesanato, a gastronomia e atividades que permitem o enriquecimento cultural dos envolvidos. Para Garcia Canclini (1999), a apropriação de bens culturais pelo mercado turístico poderia trazer benefícios, desde que considerássemos as dinâmicas sociais e os desafios delas emergentes. Para tanto, seria preciso superar a visão de bem cultural como algo alheio à ação do tempo e aceitar que por vezes as adaptações podem ser benéficas para a manutenção da cultura e das pessoas que a produzem.

Do nosso ponto de vista, tais perspectivas deveriam nortear as ações e políticas que visam à proteção do patrimônio rural, especialmente, aquelas que cruzam ou decorrem do PVC, tema da próxima parte do artigo.

O PVC: proteção do patrimônio cultural?

As análises feitas nesta seção partem das observações realizadas nas oito visitas dos grupos de alunos às propriedades e do entrecruzamento com a bibliografia, entrevistas e demais fontes já citadas. Foram observadas as visitas de alunos de quatro a oito anos, da rede pública municipal de ensino de Joinville, do Centro de Educação Infantil Aventuras de Criança e da Escola Professor José Mota Pires. Assim, em seguida, analisaremos se (e como) os aspectos pedagógicos são contemplados nas visitas do PVC e se (e como) repercutem de certo modo na proteção do patrimônio rural.

Na visita à propriedade da Família Kersten, os alunos foram inicialmente conduzidos ao denominado Museu Rural. Conforme nos relatou o Sr. Ango Kersten (KERSTEN, 2018), sua propriedade foi herdada de seus bisavôs alemães que adquiriram em 1887 todo o vale, então conhecido como Caminho Bonito. Após a demarcação de lotes para a venda, eles repartiram a terra restante com os filhos. Seu pai, além de se dedicar à agricultura, começou nos anos de 1950 a criar “gado de leite”. O trabalho sempre foi realizado pela família. Contudo, na década de 1980, o Sr. Ango se dedicava a outras atividades fora da propriedade. Trabalhava com instalações elétricas. Foi no ano de 1990 que ouviu de seu pai: “Olhe, você decide agora o que você quer” (KERSTEN, 2018). Ele, então, assumiu integralmente a administração da propriedade familiar. É neste momento que desenvolve, de maneira pioneira na região, as atividades turísticas. Em 1995, surgiu o desafio de receber em sua propriedade crianças de escolas particulares de Joinville. Logo em seguida, conta-nos, “foi feito um projeto no município ‘Conhecendo para ensinar’ que consistia em receber professores para conhecerem “um pouco a área rural” (KERSTEN, 2018) e depois trazerem as crianças.

Como já mencionado, na propriedade é possível visitar um espaço com os objetos antigos, que os proprietários denominaram Museu Rural. Possivelmente a intenção deste espaço seja oferecer uma “atração turística” a mais para as pessoas que visitam a propriedade, já que esta recebe, além de visitas pedagógicas, um grande fluxo de turistas. O Sr. Ango nos revelou na entrevista que o Museu está articulado à proposta pedagógica de sua propriedade. Quando perguntado sobre a presença do patrimônio cultural rural nas visitas do PVC, o agricultor destacou o papel do Museu como recurso para apresentar este patrimônio às novas gerações. De acordo com o que pudemos observar na visita, os proprietários explicam para as crianças os usos de cada peça exposta. Apesar de este momento ser norteadado pela proposta pedagógica específica de sua propriedade, correspondendo ao objetivo geral aludido na Cartilha (2014) do PVC, qual seja, que em todas as propriedades que integram o Projeto, as visitas devem oportunizar momentos de aprendizado acerca dos modos de vida dos agricultores, o Sr. Ango destacou um problema que vem comprometendo o caráter pedagógico do PVC. Para ele seria muito importante preparar os professores para que as atividades do PVC sejam vinculadas aos conteúdos escolares, pois, disse ele, “nós tivemos uns casos aqui [...] que a professora achou que iria vir para um parque para brincar, isso não é o nosso objetivo, é o conhecimento” (KERSTEN, 2018). A fala do agricultor nos remete aos limites práticos do PVC, visto que enquanto turismo pedagógico deveria promover a interação teoria e prática, isto é, a relação da visita com os conteúdos trabalhados pelos professores em suas aulas. Pela fala do Sr. Ango e pelo que foi observado na visita, não é possível constatar se os conteúdos da sala de aula foram acionados ou se tiveram continuidade após a visita.

Além dos conhecimentos sobre a vida no meio rural apresentados pelos agricultores, como técnicas de plantio e de produção artesanal, especial atenção é dada para a educação ambiental. Na propriedade,

foi implantado em parceria com o curso de Geografia da Univille, no final da década de 1990, um sistema natural de filtração de água, sendo este detalhadamente mostrado às crianças. Outro momento onde se conversa sobre a importância da água é quando são levadas para perto do Rio Pirabeiraba, que corta a propriedade. O Sr. Ango conversa com elas acerca da importância do rio: “eu trabalho o rio, pode jogar lixo e não pode, pode jogar um papel de bala no chão e não pode, nome do rio e daí para frente” (KERSTEN, 2018). Na propriedade também há uma trilha ecológica em que as crianças podem caminhar. O Sr. Ango relata que costuma parar para fazer um minuto de silêncio, explicando-nos: “eles têm que fazer um minuto de silêncio para a gente ouvir a natureza, sentir o espaço, respirar fundo e aí faço o comentário ‘quem escutou passarinho?’ ‘quem escutou o barulho da água?’ ‘quem escutou a... natureza?’ (KERSTEN, 2018). Parece-nos que estas atividades vão ao encontro com o que o PVC propõe em sua Cartilha, isto é, oportunizar crianças e adolescentes a “aprender e ter contato com a natureza” (2014, p. 4).

A Agrícola da Ilha é uma propriedade um pouco diferente da anterior. De acordo com a entrevista realizada com o Sr. Dario Bergemann, a propriedade foi uma herança do bisavô de sua esposa, a Sra. Neusa Nass Bergemann, recebida por seu pai, que em 1987 dividiu o terreno entre os filhos. Foi neste mesmo ano que o Sr. Dario iniciou, ainda que timidamente, suas atividades de jardinagem e de produção de flores. Em 1996, quando houve a formalização da divisão da propriedade é que começou, de fato, a fazer investimentos para a produção de grama e de plantas ornamentais. Deixou o emprego numa indústria local, onde trabalhava há sete anos, para se dedicar integralmente ao negócio que, segundo destacou, significava a retomada de sua própria história familiar. Ocorre que até os 15 anos, o Sr. Dario cuidava da roça de propriedade da família. Seu pai, mesmo trabalhando em uma serraria, criava em sua pequena propriedade, vacas, porcos e galinhas. Às três irmãs cabiam as tarefas domésticas e a ele o cuidado dos animais. Com 15 anos foi trabalhar como frentista de um posto de gasolina às margens da BR 101 e depois em um supermercado. Estudou e, quando começou a cursar contabilidade, entrou para a indústria. Lembra que, à época, “era sonho trabalhar em uma grande empresa e logo no escritório” (BERGEMANN, 2018). Porém, com o passar dos anos viu que “o desafio tinha acabado e precisava fazer algo diferente” (BERGEMANN, 2018). Amigos, parentes e colegas de trabalho o chamaram de “louco” quando resolveu deixar o emprego para se tornar jardineiro e produtor de plantas ornamentais. Lembra que aprendeu melhor o ofício com um conhecido, um senhor de 75 anos que estava querendo parar com suas atividades de jardinagem, mas não queria deixar os seus clientes na mão. Para atender aos clientes que “herdou”, o Sr. Dario pediu para ser desligado da empresa. Pegou o Fundo de Garantia e fez um empréstimo com um vizinho, aplicando todo o dinheiro na compra de ferramentas, um telefone e de sua “primeira Kombi”. Numa ocasião, um cliente, dono de uma empresa, lhe fez uma proposta. Queria ele diminuir o “gramadão” de seu jardim e ter um canteiro com plantas que florescessem numa única época do ano e que não obstruíssem a visão da entrada da empresa. O Sr. Dario logo pensou em lírios amarelos e para convencer o cliente disse que, de outubro a fevereiro, o jardim teria uma linda “mancha amarela”. Fez o serviço, porém, quando chegou a época da floração, o cliente o chamou para reclamar que, na tão linda “mancha amarela”, havia touceiras de lírios laranjas, vermelhos, marrons e outros de cor indeterminada. Diante da dificuldade em conseguir mudas amarelas para consertar o serviço, teve a ideia de começar a cultivar lírios (hemerocales) de forma selecionada. Mesmo não entendendo “nada de botânica, de biologia e tal” começou seus experimentos com base em livros que pesquisava sobre o assunto. Foi então que conheceu um pesquisador do Instituto

Agrônomo de Campinas (INC). Informando-lhe que não havia encontrado nenhum produtor brasileiro interessado em seu projeto, o pesquisador lhe propôs um convênio, que foi imediatamente firmado. O Sr. Dario relata que a partir daí fez várias viagens para os Estados Unidos, onde a planta é muito popular, em busca de atualizações e de novas informações sobre o cultivo. Em uma destas viagens, conheceu um jardim de hemerocales no estado do Tennessee (EUA) e decidiu criar algo semelhante em sua propriedade. No início de 2018, a propriedade contava com diversos jardins de flores ornamentais, realizados em parceria com empresas ligadas ao mercado internacional de flores, como o seu Jardim das Impatiens,⁸ feito em parceria com uma empresa japonesa. Hoje a família não vive mais na propriedade e seu trabalho é direcionado, na maior parte do tempo, para a administração do lugar. Os trabalhos de jardinagem e de recepção a turistas, visitantes e alunos, são feitos por funcionários.

Assim, diferentemente da visita à propriedade do Sr. Ango, na Agrícola da Ilha, os alunos e professores foram recebidos e conduzidos por uma funcionária com formação em Ciências Agrárias. Foi dada especial atenção para as espécies de flores, suas origens e algumas curiosidades sobre estas. Em sua entrevista, o Sr. Dario afirmou que, como na maioria das propriedades do PVC as visitas são acompanhadas pelos próprios agricultores, deveria haver mais treinamentos e orientações para eles. Contudo, tais ações deveriam ser oferecidas pelo governo municipal no período de férias das escolas para que a rotina e os rendimentos dos agricultores não fossem prejudicados.

Na visita que acompanhamos, a história do lugar e o modo de vida rural praticamente não foram mencionados pela funcionária. Contudo, perguntado ao Sr. Dario qual seria, em sua opinião, o patrimônio rural dos agricultores de Joinville, respondeu que seria, principalmente, a história deles e de suas famílias. Relata que quando conta aos visitantes adultos a origem de sua propriedade “eles ficam encantados” principalmente, ao saberem que a própria configuração das áreas de sua propriedade, isto é, a definição da área de pastagem, da casa, da roça e de “reserva” da mata atlântica nativa, remonta há “105 anos atrás”. Já para as crianças, estas histórias são enfadonhas: “porque elas não estão tão ligadas, estão ligadas nos detalhes e não na história” (BERGEMANN, 2018). Os detalhes, para ele, consistem em apresentar as curiosidades sobre o cultivo das flores e, no caso das outras propriedades integrantes do PVC, curiosidades sobre como tratar os animais ou como se dá o cultivo de hortaliças e frutos. Por isso, em sua opinião, o PVC aborda “de uma maneira muito sutil” o patrimônio rural, pois este só é reconhecido por meio das narrativas dos próprios agricultores sobre as histórias familiares que, por sua vez, incidem sobre a história do município e as características de suas áreas rurais.

O PVC, por outra parte, ao investir no “conhecimento que pouca gente tem e pouca gente se interessa em saber hoje” (BERGEMANN, 2018), oportuniza às crianças o contato com os modos de vida e costumes do campo. E ainda, quando chegam em suas casa e contam aos familiares os “detalhes” sobre o que viram e fizeram na visita, “o pai e o avô vão falar: ‘Nossa, mas eu fiz isso quando criança!’ (BERGEMANN, 2018). Para o Sr. Dario, é nesse momento que o PVC, sutil ou indiretamente, torna o “patrimônio presente”, pois sua função é aproximar as histórias das pessoas fazendo com que elas se identifiquem com o rural. Toda

8 A *Impatiens*, também conhecida como maria-sem-vergonha, beijos ou não-me-toques, é uma planta herbácea que pode atingir de 15 a 75 cm de altura. Esta planta é nativa das florestas tropicais do leste da África, mas pode atualmente ser encontrada crescendo espontaneamente em regiões úmidas subtropicais e tropicais do mundo todo. Fonte: <https://jardim.info/impatiens> acesso em: 13/03/2018.

via, para as crianças, o PVC tem diretamente uma dupla importância: “valorização de toda a natureza” e “valorização [do trabalho] do homem do campo”.

O Sr. Dario, assim como o Sr. Anjo, fala da necessidade de orientar os professores quanto à natureza do PVC, para que a visita não seja apenas uma oportunidade de “um dia de folga”. De acordo com o entrevistado, deveria haver “um projeto lá na sala de aula, que a professora trabalhasse isso lá na sala de aula e depois viesse aqui complementar o que ela está trabalhando” (BERGEMANN, 2018). Por isso, ele teve a iniciativa de criar, com o auxílio de uma professora amiga da família, o projeto “Encantare” que tem como objetivo levar diretores, orientadores e, principalmente professores, para visitarem a sua propriedade e para oportunizar o desenvolvimento de projetos compartilhados com os agricultores. Como o próprio Sr. Dario explica, este projeto está “motivando, instigando nas professoras ideias de projetos, que elas podem lá na sala de aula começar e [...] ela vem aqui ou a gente vai na escola para saber o que ela está tratando lá, para complementar aqui” (BERGEMANN, 2018).

Na visita, observamos que há especial atenção à educação ambiental. Isso ficou evidente em vários momentos, por exemplo, nos diversos destaques sobre a importância da água e das plantas para a vida humana feitos pela profissional que guiou a visita. Tais destaques, conforme relatou o Sr. Dario, são intencionais. Apesar de considerar importante o contato das crianças com os modos de vida dos agricultores, diz que o PVC deve priorizar “a questão ambiental”, pois “neste momento, em função do que a gente vive, do que a gente pode ainda viver para frente, a questão ambiental eu acho que é mais importante” (BERGEMANN, 2018). Segundo pensa, é preciso que as crianças sejam conscientizadas sobre a necessidade de preservação dos recursos hídricos e das matas existentes na região.

Com as entrevistas, pode-se notar que os dois agricultores apontaram para um mesmo problema enfrentado na implementação do PVC, visitar as propriedades requer um planejamento pedagógico, no intuito de não desvincular a experiência do processo ensino-aprendizagem, no entanto esta ação nem sempre é realizada pelos professores. Isso pode realmente ser um problema se levarmos em consideração que mais do que transmitir e acumular conhecimentos, para que uma aprendizagem se efetue deve ser organizada e orientada para determinados objetivos traçados no planejamento do professor e articulada ao currículo e ao Projeto Pedagógico da escola (SANTA CATARINA, 2014). Apesar de considerar que a interação com um modo de vida diverso pode possibilitar aprendizagens significativas e promover educação ambiental e patrimonial, as oportunidades abertas pelo PVC, se isoladas ao que se está trabalhando em sala de aula, acabam por perder força com relação à dimensão pedagógica do Projeto, em especial, o de se constituir como um espaço de aprendizagem e o de motivar produção de conhecimento fundado na interação teoria-prática.

Com relação ao papel do PVC à proteção do patrimônio rural, observamos que as visitas oportunizaram às crianças momentos vivenciais singulares (plantar, andar de trator, conhecer e manejar objetos antigos, etc). Contudo, tais momentos convergiram muito mais para despertar uma sensibilidade sobre o rural como lugar harmonioso, idílico ou remanescente importante do passado de Joinville a ser valorizado. Se levarmos em conta que iniciativas exitosas de proteção a patrimônios são emergentes da problematização do presente vivido, referindo-se às condições reais daqueles que produzem ou usufruem tais patrimônios, um dos desafios pedagógicos do PVC seria, então, oportunizar aos alunos e professores

reflexões e conhecimentos sobre a condição dos agricultores e dos patrimônios a ele ligados no próprio presente vivenciado, compartilhando seus problemas e abrindo espaço para o debate e apropriação pedagógica de seus desafios que podem, no dia seguinte, retornar à sala de aula como questões a serem articuladas aos conteúdos e às práticas curriculares.

Por fim, de acordo com o levantamento realizado na nossa pesquisa, no período de 2017-2018, embora a proposta de turismo pedagógico seja desenvolvida com certo êxito, faz-se necessário uma reestruturação na gestão e na promoção do PVC no intuito de maximizar o viés educacional e minimizar as expectativas mercadológicas. Esta readequação poderia refletir em uma potencialização dos recursos educativos existentes nas propriedades, impulsionando uma maior atratividade e reduzindo as queixas quanto aos índices de visitação ser maiores em determinados espaços que em outros. Conseqüentemente, esta medida possibilitaria atingir ganhos mais próximos dos prospectados nos meses iniciais do projeto, os quais não correspondem à realidade atual de todas as propriedades.

Considerações finais

Com base na bibliografia estudada pode-se afirmar que projetos de turismo pedagógico têm como principal característica a interação teoria e prática. Para que o processo de aprendizagem seja eficaz ele precisa estar orientado por um planejamento com objetivos definidos para a faixa etária dos alunos. Mesmo ao considerar que a visita a uma propriedade rural pode possibilitar a vivência com uma cultura diferente, o PVC, conforme o relato dos agricultores e as nossas observações, pode não estar se concretizando plenamente como uma modalidade de turismo pedagógico, já que cada proprietário enfatiza o que considera pertinente para o aprendizado das crianças, dentro do roteiro pedagógico desenvolvido em conjunto à coordenação do projeto para sua propriedade. E ainda, muitos professores percebem as visitas como momentos desvinculados dos conteúdos e de suas práticas docentes, fato que compromete as estratégias de ensino-aprendizagem baseadas em interações entre teoria e prática. Além disso, ao ser unicamente gerido e supervisionado pelo órgão de turismo do município, o PVC tem se caracterizado mais como atividade turística extracurricular e menos como ação integrada aos currículos e projetos pedagógicos das escolas. Como os próprios agricultores sugeriram nas entrevistas, um possível caminho para o futuro do Projeto poderia ser pavimentado se professores e coordenadores pedagógicos, em parceria com os proprietários, pudessem eleger temas, conceber atividades e, continuamente, avaliar os resultados alcançados pelo PVC, tomando como referência as políticas e as diretrizes da educação básica no município. Para tanto, é também preciso que o PVC seja gerido intersetorialmente de forma a criar as condições necessárias para que ele se efetive, de fato, como um projeto de turismo pedagógico.

Do ponto de vista do impacto do PVC na proteção do patrimônio cultural do meio rural, apesar do caráter preliminar de nossas conclusões, a investigação apontou para a existência de diferentes percepções, por parte dos agricultores, sobre o que consiste e o que constitui o patrimônio rural. Observarmos nas entrevistas dois tipos de discursos que apresentam a ideia de patrimônio rural ora representado por objetos antigos, ora por narrativas que aludem histórias de pessoas e de famílias que viveram no lugar.

Duas outras distinções são estabelecidas. Tanto o Sr. Anjo como o Sr. Dario não atribuem valores patrimoniais à paisagem natural e aos saberes e práticas que dela desenvolvem ou nela são inscritos. Desse modo,

o espaço rural é concebido como lugar dissociado das relações, operações e das práticas sociais que o produzem. Por isso, a tecnologia de filtração da água de chuva existente na propriedade do Sr. Ango e os canteiros para o cultivo selecionado de hemerocales na propriedade do Sr. Dario integram a denominada “educação ambiental” que, segundo pensam, é muito distinta da proposta pedagógica do PVC para com o patrimônio rural. Por consequência, outra distinção se insinua: a de que o patrimônio é referência para se conhecer o passado e não o presente e as circunstâncias atuais vividas pelas populações rurais.

Referências

- BERGEMANN, D. **Entrevista** [11 jan. 2018]. Entrevistador: Gilmar Nilsen. 141 minutos, pen drive, arquivo pessoal, Joinville.
- BRASIL. **Decreto-Lei 25** de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, DF, nov. 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm>. Acesso em: 12 dez. 2017.
- BRASIL. **Constituição Federal**. Art. 216. Brasília, DF, out. 1988. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp>. Acesso em: 12 dez. 2017.
- BRASIL. **Decreto N. 3551** de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília, DF, ago. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm>. Acesso em: 13 mar. 2018.
- CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. **Carta de Atenas**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2017.
- COELHO, I. **Pelas tramas de uma cidade migrantes**. Joinville, SC: Editora da Univille, 2011.
- CONDESSO, F. Desenvolvimento rural, patrimônio e turismo. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, Bogotá, v. 8, n. 66, p. 197-222, jan-jun 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/cudr/v8n66/v8n66a09.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2019.
- ELESBÃO, I. O turismo no contexto das transformações no espaço rural brasileiro. In: CRISTÓVÃO, A. et al. **Turismo rural em tempos de novas ruralidades**. Porto Alegre: UFRGS, 2012. Cap. 10, p. 239-266.
- FONSECA, M. C. L. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- GARCIA CANCLINI, N. Los usos sociales del patrimonio cultural. In: AGUILAR CRIADO, E. **Patrimonio etnológico: nuevas perspectivas de estudio**. Consejería de Cultura. Junta de Andalucía, p. 16-33, 1999.
- GUZZATTI, T. C. et al. O desenvolvimento do turismo pedagógico em áreas rurais: o caso do Projeto Viva Ciranda, Joinville (SC). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 10-26, fev/abr. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6158/3954>>. Acesso em: 27 mai. 2019.
- HAUBENHOFER, D. et al. **Farm education in Netherlands**. [2011] Disponível em: <http://ifsa.boku.ac.at/cms/fileadmin/Proceeding2010/2010_WS4.5_Haubenhofer.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2017.
- JOLLY, L. et al. **The Farm as a Pedagogical Resource: Background for and evaluation of the co-operation between agriculture and primary school in the county of Nord-Trondelag, Norway**. [2004] <http://ifsa.boku.ac.at/cms/fileadmin/Proceeding2004/2004_WS4_22_Jolly.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2018

- KERSTEN, A. **Entrevista** [28 jan. 2018]. Entrevistador: Gilmar Nilsen. 62 minutos, pen drive, arquivo pessoal, Joinville.
- KLEIN, A. L.; SOUZA, M. de. Turismo rural pedagógico sob a perspectiva da multifuncionalidade da agricultura: experiências no sul do Brasil. **Pasos**, v. 12, n. 3, p. 581-595, 2014. Disponível em: <<http://www.pasosonline.org/es/articulos/download/file?fid=57.710>> Acesso em: 27 mai. 2019.
- MENESES, U. T. B. de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. **I Fórum do Patrimônio Cultural**, v. 1, Conferência Magna. Ouro Preto, 2009. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/MENESES_Ulpiano_O-campo-do-patrimonio-cultural---uma-revisao-de-premissas.pdf> Acesso em: 27 mai. 2019.
- OHE, Y. Multifunctionality and rural tourism: a perspective on farm diversification. **Journal of International Farm Management**, v. 4, n. 1, jun. 2007.
- PEIXOTO, P. Os meios rurais e a descoberta do património. **Oficina do Centro de Estudos Sociais**. N. 175, Coimbra, 2002. Disponível em: <<https://ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/175.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2019.
- PEIXOTO, P. **O passado ainda não começou**: Funções e estatuto dos centros históricos no contexto urbano português. Tese (doutorado). Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2006.
- PORTUGUEZ, A. P. Turismo e Desenvolvimento Socioespacial: Reflexões Sobre a Experiência do Agroturismo no Estado do Espírito Santo. In: LIMA, L. C. **Da Cidade ao Campo**: A Diversidade do Saber-Fazer Turístico. Fortaleza: UECE, 1998.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Secretaria de Turismo. Planejamento Estratégico do Turismo em Joinville (1995/1996). Joinville, SC, 1995.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Companhia Municipal de Promoção Turística. Viva Ciranda: De mãos dadas pelo turismo comunitário. Joinville, SC, 2014.
- SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Proposta curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica. Florianópolis, SC, 2014. Disponível em: <http://nela.cce.ufsc.br/files/2014/12/Proposta_Curricular-de-Santa-Catarina.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2019.
- SILVA, G. G. da. **Patrimônio e roteiros turísticos**: um estudo sobre as contemporâneas estratégias de patrimonialização do meio rural de Joinville/SC (1990-2012). Dissertação (Mestrado). 174f. Universidade da Região de Joinville. Joinville, 2015. Disponível em: <http://univille.edu.br/account/mpcs/VirtualDisk.html?action=readFile&file=Gustavo_Grein_da_Silva.pdf¤t=/Dissertacoes> Acesso em: 27 mai. 2019.
- TULIK, O. Turismo e desenvolvimento no espaço rural: abordagens conceituais e tipologias. In: SANTOS, E. de O.; SOUZA, M. (Org). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri: Manole. 2010. p. 2-22.
- ZANIRATO, S. H. Experiências de prevenção de riscos ao patrimônio cultural da humanidade. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 151-164, jan-jun, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v13n1/v13n1a10.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2019.

Recebido em 22/11/2018.

Aceito em 11/07/2019.